

Apresentação

A *Revista Brasileira de Ciência Política* surge como uma contribuição do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília ao desenvolvimento da disciplina. Estabelecendo-se como um espaço de reflexão plural, a revista deseja abrigar estudos sobre o fenômeno da política – de cientistas políticos, mas também de sociólogos, antropólogos, historiadores, comunicólogos – que partam de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, mas que tenham em comum o compromisso com a reflexão rigorosa e a capacidade de estimular a pesquisa na área.

Cada número trará um dossiê sobre tema relevante da ciência política. Além da presença de pesquisadores brasileiros, a revista buscará disponibilizar traduções de textos importantes, mas ainda inéditos em língua portuguesa. Após o dossiê, haverá sempre uma seção livre de artigos e uma seção de resenhas.

Este número da *RBCP* apresenta o dossiê temático “Teoria Política Hoje”. O dossiê traz contribuições variadas, indicando aproximações às perspectivas e temáticas presentes nesse campo de debates.

Os dois primeiros artigos resultaram da participação dos autores no *workshop* Teoria Política Hoje, que aconteceu em junho de 2008, no Instituto de Ciência Política da UnB. O primeiro artigo, de autoria do cientista político Fábio Wanderley Reis, apresenta um balanço de influências teóricas recentes no campo da Ciência Política. A confrontação entre abordagens fundadas nos pressupostos da microeconomia e abordagens estruturadas

sobre pressupostos de caráter sociológico constitui o eixo central do artigo, que ganha uma complexidade ainda maior ao dialogar com as abordagens evolucionárias. Reforçando argumentos presentes em trabalhos anteriores, Reis analisa criticamente os pressupostos racionalistas, tendo em vista a hegemonia da perspectiva da escolha racional nas Ciências Sociais e a conseqüente redução da compreensão da política ao Estado. Discute criticamente, também, os problemas presentes em abordagens de caráter sociológico, sobretudo aquelas que resultam no menosprezo ao funcionamento e eficácia das instituições políticas. Uma argumentação rigorosa conduz o leitor ao desafio analítico de apreender as conexões entre a dimensão sociológica e a dimensão institucional e dos jogos de interesses, considerando as relações entre a “democracia política” e a “democracia social”.

Em análise baseada nas obras recentes de Bernard Manin, Marcos Novaro e Nadia Urbinati, Cícero Araújo aborda a representação política do ponto de vista conceitual e histórico, dando ênfase aos nexos entre os conceitos de representação e soberania nas abordagens dos três autores. A opção teórico-conceitual e histórica – em detrimento de perspectivas organizacionais ou técnicas – é justificada pela necessidade de se esclarecer em que consiste a noção de crise da representação política ou, nas palavras do autor, pela necessidade de “ter claro de que estamos falando quando abordamos o problema da representação”. Suas conclusões, inspiradas sobretudo na discussão de Nadia Urbinati, direcionam a discussão para um enfrentamento da complexidade presente nas relações entre a representação como soberania e os conflitos e projeções da unidade social que lhe são constitutivos.

O artigo de Maria Rita Loureiro também retoma o debate teórico sobre representação política, tendo como foco central, desta vez, a defesa da complementaridade entre as instituições eleitorais e partidárias e a participação popular. Em alguns aspectos, as leituras dos dois autores se aproximam. O principal deles é a adesão ao conceito de representação presente na obra de Nádía Urbinati, no qual Loureiro aposta ao defender a articulação entre representação política e controle social. Neste artigo, a discussão se estrutura também a partir de uma análise crítica das obras de Hannah Pitkin e Bernard Manin, dos quais a autora se afasta em pontos importantes. O entendimento adequado do conceito de representação – e não a negação da representação como base para o aperfeiçoamento das democracias – permitiria uma refle-

xão produtiva sobre novas formas de representação e arranjos institucionais que a elas se vinculariam.

Emerson do Nascimento discute as abordagens neo-institucionalistas, seus pressupostos e implicações analíticas. O artigo dialoga com os dois anteriores ao trazer, da análise das diferentes vertentes do neo-institucionalismo, o debate sobre o conceito de instituição e, em especial, sobre o lugar que deve ser reservado às instituições na análise política. Para o autor, a Ciência Política contemporânea tem como desafio importante estabelecer relações entre as perspectivas institucionalistas mais convencionais, aquelas focadas no estado, e as perspectivas que dão ênfase para as normas, valores, cultura e idéias. A discussão retoma questões relativas à interação entre agência e estrutura na análise política e discute as implicações da predominância da continuidade (da lógica da reprodução institucional) sobre as mudanças nas análises neo-institucionalistas.

O artigo de Ricardo Silva trata de um tema menos debatido na Ciência Política brasileira: a influência dos paradigmas historicistas, mais propriamente do novo historicismo. A discussão é feita a partir de uma análise que compara e discute criticamente os conceitos que estruturam a “história das idéias” em Mark Bevir e a “história dos conceitos” em Kari Palonen. Mais do que um balanço ou apresentação de argumentos e pressupostos presentes nesses dois eixos da história intelectual norte-americana e europeia, o autor procura destacar sua compreensão da Ciência Política como disciplina. Consideradas as diferenças, seriam, ambos, “representantes de uma abordagem dos fenômenos políticos que desafia as perspectivas naturalistas dominantes na ciência política contemporânea”, colocando no centro das preocupações – teórico-conceituais e metodológicas – o caráter radicalmente histórico desse campo e das análises que nele se configuram. O reconhecimento da temporalidade e da contingência da política permitiria abordagens alternativas sobre as instituições, as relações entre agência e estrutura e as crenças que estão na base da ação política.

Já Daniel de Mendonça contribui para a compreensão da pluralidade que compõe o debate teórico na Ciência Política contemporânea ao discutir a teoria do discurso proposta por Ernesto Laclau. A abordagem dos principais conceitos e pressupostos presentes na obra do filósofo argentino permitiria uma compreensão alternativa da política, assim como instrumentos teóricos alternativos para a análise. Os conceitos de discurso, significante vazio

e hegemonia dão base para a análise do “imaginário popular oposicionista” que se configura durante o movimento por eleições diretas no Brasil, nos primeiros meses de 1984. Esse é o exemplo que permite que Mendonça discuta a teoria do discurso de Laclau como uma teoria das diferenças, adequada para a análise da constituição discursiva das lógicas identitárias.

O dossiê é completado pela tradução de três artigos importantes, de autores de diferentes posições teóricas, o que se pretende que seja uma prática permanente da *RBCP*. No primeiro destes textos, Carole Pateman, uma das principais vozes da teoria feminista, revisita o conceito de “individualismo possessivo” de Macpherson para criticar a filosofia política ultraliberal, que equivale soberania individual, propriedade da pessoa e autonomia, ignorando os efeitos das relações de subordinação presentes no trabalho assalariado e na estrutura patriarcal. Em chave polêmica, Pateman aprofunda discussões que já se faziam presentes em sua obra seminal, *O contrato sexual*.

A autonomia individual também é tema do texto do constitucionalista Cass Sunstein, que defronta um dos problemas centrais da teoria política: a produção das preferências. Em diálogo crítico com a tradição utilitarista e com as correntes contemporâneas da teoria da justiça, Sunstein busca compatibilizar o princípio liberal da ausência de tutela sobre os indivíduos com o reconhecimento de que, numa sociedade desigual, nem todos estão em iguais condições de formular suas próprias preferências. A conclusão a que chega – que uma democracia liberal deve, em várias situações críticas, deixar de lado as preferências privadas de seus cidadãos – é controversa, mas mesmo os que dela discordarem se beneficiam da rigorosa construção do argumento pelo autor.

Por fim, a partir de uma posição claramente assumida – o marxismo –, o cientista político Alex Callinicos faz uma instigante reflexão sobre a relação entre a obra sociológica e o ativismo político de dois importantes pensadores, Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. Publicado originalmente no final do século passado, quando Giddens assumia o papel de uma espécie de “mentor” do *New Labour* e Bourdieu vocalizava a oposição à reforma do Estado francês, o artigo permanece atual, tanto pela análise das obras dos dois autores quanto pela discussão sobre o papel público dos intelectuais.

Este número inaugural da *RBCP* traz ainda uma seção livre, com artigos que fogem à temática do dossiê, e um conjunto de resenhas.

Na seção livre, Cláudio Oliveira Ribeiro apresenta uma minuciosa reconstituição crítica da relação entre o Brasil e os países africanos na transição para a década de 1990, momento de reconfiguração do cenário político mundial. O autor enfatiza o descompasso entre as intenções dos formuladores da política externa brasileira e sua efetivação.

O artigo de João Carlos Botelho, publicado na mesma seção, discute o governo de Hugo Chávez na Venezuela tendo em mente o problema da estabilidade dos regimes democráticos. Destaca a importância dos referendos populares sobre o mandato presidencial como instrumento de promoção de estabilidade, ao mesmo tempo em que procura enfrentar as relações entre crise econômica, desigualdades sociais e polarização política. Ao final, explicita sua posição: a de que os instrumentos institucionais adequados devem ser aliados a uma política consistente de inclusão social para que seja possível uma democracia sustentável.

As resenhas que encerram esse primeiro número da *RBCP* têm por objeto livros recentes de autoria de Norberto Bobbio, Charles Tilly e Gabriel Vitullo.

Brasília, fevereiro de 2009.

Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel
editores